



ENTRE O QUE SE ENSINA, E O QUE SE CALA: CURRÍCULO E GÊNERO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

PALMEIRA, Lana Lisiér de Lima¹
QUEIROZ, Erica Bianco de Souza²

GT 1 – Educação, Direitos Humanos, Currículos, Sujeitos e Diversidades

RESUMO

A pesquisa investiga como a temática de gênero é abordada nos currículos dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), analisando ementas e Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs). A fundamentação teórica dialoga com autores como Popkewitz, Louro e Scott, considerando o currículo como construção social permeada por relações de poder e gênero, assim como categoria relacional e histórica. Metodologicamente, trata-se de estudo qualitativo, com análise documental. Os resultados apontam baixa carga horária para as disciplinas que tratam da discussão de gênero, sendo também poucas as disciplinas com tal abordagem, encontrando-se estas em áreas específicas, além de diferenças na oferta de disciplinas entre as instituições aqui estudadas. Evidencia-se a insuficiência da abordagem obrigatória e a necessidade de ampliar a inserção do tema na formação docente, visando contribuir para a superação das desigualdades de gênero no campo educacional e social.

Palavras-chave: Currículo. Gênero. Formação de professores.

INTRODUÇÃO

O currículo, entendido como construção social e campo de disputas, reflete e reproduz interesses, moldá-lo a partir de costumes, crenças e valores esperados e criados por uma elite, tornando assim, um novo modelo de sociedade (Popkewitz, 1994), acaba sendo um instrumento de formação e também de exclusão. No contexto brasileiro, as reformas curriculares historicamente se moldaram a transformações econômicas e sociais, como a reestruturação da economia na década de 1990. Assim, se o currículo se adapta a interesses econômicos, é igualmente possível e necessário que se adapte a demandas sociais urgentes, como a inclusão da temática de gênero.

A inserção de gênero nos cursos de licenciatura é fundamental para a construção de práticas pedagógicas que contribuam para a equidade social, considerando a centralidade da mulher e a indissociabilidade entre gênero, raça e classe. Entretanto, a pesquisa aborda que essa temática ainda é incipiente na formação docente, impactando a capacidade dos futuros professores de promover uma educação crítica e inclusiva.

Diante disso, este estudo busca compreender as nuances do currículo, tendo como base aqueles praticados na UFAL e na UFMA, e como tais universidades tratam a questão

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). lana.palmeira@fda.ufal.br.

² UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS). ericabianco@gmail.com.





de gênero em seus cursos de licenciatura, através de resultado de pesquisa, que analisou documentos curriculares oficiais, identificando cargas horárias, natureza das disciplinas (se obrigatórias ou eletivas) e recorrência temática, a fim de apontar avanços, lacunas e possibilidades de fortalecimento dessa pauta.

Com cada nova fase de desenvolvimento capitalista desde a era industrial até a atual economia do conhecimento, o currículo é estrategicamente ajustado para formar mão de obra que atenda às demandas produtivas e tecnológicas vigentes. Assim, o currículo se torna um mecanismo de adaptação às exigências econômicas, promovendo competências que favoreçam a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e a manutenção da lógica capitalista. No Brasil, esse “olhar” racionalizante para o currículo acontece também por conta de importantes transformações econômicas causadas pela passagem do cruzeiro para o real, na década de 90.

Se assumimos que o currículo pode tecnicamente mudar por interesses econômicos, por que não aceitar a abordagem de gênero em escolas e universidades? Com tais indagações e levantando a premissa de que a aprendizagem em torno de gênero é fundamental para combater as desigualdades existentes e empoderar mulheres a assumirem papéis que antes eram inalcançáveis, o presente manuscrito revela a sua relevância, conforme se evidenciará adiante.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Refletir sobre o currículo como elemento central da formação educacional, em especial no contexto das formações propagadas nas licenciaturas da UFAL e da UFMA, a fim de inferir se esse currículo vem se mostrando como espaço de disputas sociais e interesses que mudam conforme as transformações econômicas e sociais.

Objetivos Específicos

- 1) Apresentar as principais teorizações que explicam o currículo como uma construção social influenciada por relações de poder e questões políticas.





- 2) Entender, por meio de dados quantitativos, como a questão de gênero tem sido incluída nos currículos das universidades federais UFAL e UFMA, destacando em quais cursos e disciplinas eles aparecem.
- 3) Discutir o que essas abordagens significam para a formação dos estudantes que serão docentes, especialmente no sentido de promover uma educação mais inclusiva e consciente no tocante às desigualdades de gênero.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A inclusão da questão de gênero no currículo universitário é um desafio que reflete a disputa maior por reconhecimento e valorização das diversidades e das questões sociais que atravessam a formação superior. O currículo, sendo espaço de disputas, também pode ser um local privilegiado para a inserção de temas que promovam a equidade e o enfrentamento das desigualdades.

Almeida e Soares (2012, p. 569) nos elucida que:

o gênero é entendido como uma construção social, histórica e cultural, organizada sobre as diferenças sexuais e as relações de poder, revelando conflitos e contradições que marcam uma sociedade assinalada pela desigualdade, seja ela de classe, raça, etnia ou gênero.

Ao introduzirmos o conceito de gênero a este trabalho e ao nos propormos a uma abordagem que explore efetivamente sua complexidade, não podemos tangenciar à discussão as categorias de raça e classe, sendo estas interseccionais, razão pela qual nos apoiamos em Akotinere (2019), para desfazer-se da ideia de um feminismo global e hegemônico como voz única, já que a interseccionalidade é um instrumento político, em que percebemos que o racismo, o patriarcado e o capitalismo são indissociáveis nas análises sociais, que para olhar e lutar por um, consequentemente, olhamos para o outro, e que elas se atravessam por diferentes marcadores.

Nessa perspectiva, cabe-nos pontuar que, Segundo Louro (1997), o grande desafio das estudos feministas foi tornar visíveis aquelas que foram ocultadas. “A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência.” (Louro, 1997, p. 17).





As condições começam a se alterar (a exemplo dos currículos), entre outros fatores, quando o debate sobre gênero é recolocado no campo social, pois, segundo Louro (1997), é no campo social que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos.

“O conceito passa a ser usado, então, com um forte apelo relacional – já que é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros.” (Louro, 1997, p. 22).” Não se trata de uma negação da biologia e das características próprias de homens e mulheres, mas de indicar que as relações de poder daí decorrentes (e suas desigualdades) são socialmente fabricadas a partir de arranjos sociais.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Para compreender como a questão de gênero tem sido abordada nos currículos das universidades públicas federais do Nordeste, especificamente a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), foram coletados e analisados dados quantitativos referentes aos conteúdos programáticos, disciplinas optativas e obrigatórias relacionadas ao gênero e à diversidade nas diferentes graduações.

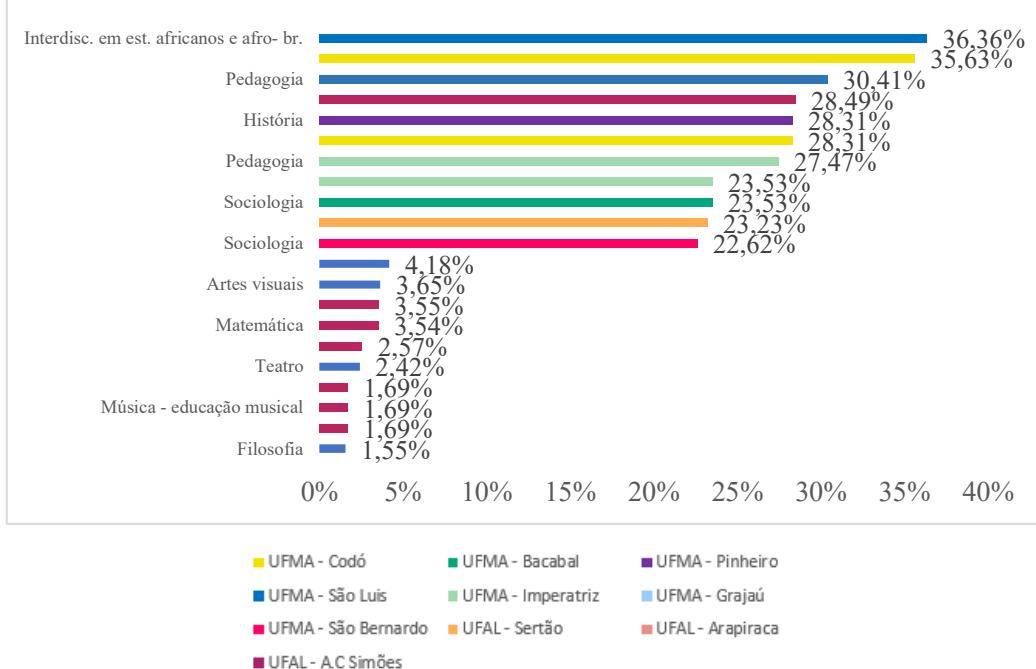
Esses dados foram extraídos de portais oficiais das instituições, planos de curso, matrizes curriculares e ofertadas por departamentos acadêmicos entre os anos de 2015 e 2024.

Foi criado uma tabela para compreender quais as disciplinas abordam a temática de gênero, quais cursos contemplam essas disciplinas e qual a respectiva Universidade, dentre as duas que são objeto de estudo deste trabalho.

RESULTADOS

Gráfico 1: Percentual de maior e menor debate de gênero, por curso – UFAL e UFMA





Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados pesquisados.

Foi observado que a inserção dos temas relacionados à gênero ocorre principalmente em cursos de humanas, como História e Pedagogia, com uma presença limitada em cursos de exatas e saúde. As disciplinas são, em geral, optativas, com poucas ofertas obrigatórias, o que demonstra uma falta de transversalidade.

O curso de “Pedagogia” é repetido quatro vezes no gráfico, dentre os dez cursos que mais abordam gênero, sendo esse dado simbólico, pois a Pedagogia é o principal curso na área da educação e desempenha um papel fundamental na formação de professores, proporcionando uma compreensão profunda dos princípios da educação e preparando para os desafios educacionais que serão encontrados em sala de aula, nas escolas públicas ou privadas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) passou por várias versões até sua aprovação final, a 2015, 2017 e 2018. Na última, ocorreu uma supressão na temática de ‘gênero’ e as Diretrizes Curriculares Nacionais não possuem essa temática para o ensino superior.

Esse debate fica por responsabilidade das próprias instituições, planos e programas estaduais e municipais, na construção de seus currículos a inserir ou não, e para isso, precisa-se analisar as estruturas hierárquicas e de poder, na própria Educação.



Assim, indaga-se: Quem são as pessoas que ocupam os ministérios e secretarias de Educação, responsáveis por incluir debates sobre gênero e diversidade nos currículos? Por que, ainda hoje, esses espaços são majoritariamente ocupados por uma bancada branca, cisgênera, heterossexual e masculina? Por que nunca houve uma mulher negra como ministra do Supremo Tribunal Federal? Por que, de todos os 171 ministros que já passaram pela corte, apenas três foram mulheres, sendo que a primeira foi indicada somente em 2000? Por que, em 2022, Alagoas e Maranhão foram os únicos estados brasileiros a não contratar pessoas trans ou travestis? É realmente suficiente que os debates sobre gênero atinjam, no máximo, 36,36% das formações destinadas a professores? Essas perguntas evidenciam os enormes desafios ainda presentes na busca por representatividade e igualdade nos espaços de poder e formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O currículo, longe de ser um conjunto técnico e neutro, é um campo de disputas e interesses, profundamente influenciado pelas condições sociais, econômicas e políticas. As transformações curriculares acompanham as demandas do mercado e do capital, o que muitas vezes limita sua função formativa emancipatória.

A análise da presença da questão de gênero nas universidades públicas UFAL e UFMA evidencia que o currículo ainda precisa superar sua condição tradicional para ser um instrumento de inclusão e justiça social. A efetiva incorporação dessas temáticas no currículo depende do reconhecimento de sua dimensão política e da implementação de estratégias institucionais que promovam a democratização do saber e o respeito à diversidade.

Identificar a necessidade de ampliar a presença da questão de gênero nos currículos é apenas o começo; é imprescindível manter uma luta contínua para melhorar as condições das mulheres no mercado de trabalho, na educação e na vida pessoal. Sabemos que esse é um processo desafiador, porém existem possibilidades concretas de transformação. Assim como Apple (1989) destacou estudantes negros que, apesar da escolarização, não obtiveram ganhos reais, também é importante lembrar que, há pouco tempo, negros eram considerados inferiores e retratados dessa forma no conhecimento oficial, que privilegiava o pensamento eurocêntrico.





Essa realidade tem sido gradativamente modificada graças às lutas incessantes dos movimentos sociais. Da mesma forma, é possível acreditar que a discussão sobre gênero poderá romper com as abordagens biologizantes do passado, pois o currículo é uma forma de ideologia, e as ideologias se manifestam por meio de conceitos socialmente construídos e legitimados. Esses conceitos podem ser questionados, validados ou superados, desde que haja um processo crítico que os situe dentro do conhecimento, visando a superação das desigualdades de gênero nos âmbitos material e simbólico da economia, da sociedade e da cultura.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. ISBN 978-85-98349-69-5
- ALMEIDA, J. S. de; SOARES, M. **Mudaram os tempos; mudaram as mulheres?** Memórias de professoras do Ensino Superior. Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 17, n. 2, p. 557-580, jul. 2012.
- APPLE, M. W. **Repensando Ideologia e Currículo**. In: MOREIRA, Antonio F.; 1999
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- POPKEWITZ, T. S. **História do Currículo, Regulação Social e Poder**. In: T. T. Silva (org.). O sujeito da educação: estudos foucaultianos. 6. ed. Petrópolis: Vozes, p. 173-210, 1994
- QUEIROZ, Erica Bianco de Souza. **Universidade e gênero**: um estudo comparativo de currículos das universidades federais do Maranhão e de Alagoas. 2024. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.